
Problemas Políticos, Sócio-econômicos e Ambientais de Grandes Projetos Energointensivos: O caso da Indústria de Celulose e Papel no Extremo Sul da Bahia¹.

***Autor: Georges Souto Rocha (gesoro@cefetba.br)
Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFETBa
Coordenador do Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos em Energia – NEPPE
Cordenador do Grupo de Recomposição Ambiental - GERMEN
Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos – UNICAMP***

Introdução

Este trabalho, situando-se na área de estudos que trata dos impactos de grandes empreendimentos energo-intensivos sobre a sociedade e o meio ambiente, faz uma análise das escolhas econômicas para uma região do Nordeste do Brasil.

Assim, discutem-se aspectos políticos e sócio-ambientais das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos na Região do Extremo Sul da Bahia - RESB², enfatizando-se os desdobramentos da implantação da indústria de celulose e papel na região – ICP.

Inicialmente, a RESB é caracterizada a partir de algumas informações históricas, dados econômicos e sociais e aspectos de seu meio físico.

Na segunda parte do trabalho procurou-se mostrar um pouco da história da ICP no Brasil, enfatizando o seu desenvolvimento na região estudada e na região Norte do Estado do Espírito Santo. Neste ponto, procura-se dar uma dimensão das áreas de florestas, tipos de unidades industriais, capacidades instaladas, projetos de novas unidades em curso e /ou não viabilizados.

Para uma melhor compreensão da magnitude dos impactos causados pela ICP, na terceira parte do trabalho mostra-se sucintamente como se transforma o material vegetal em papel, indicando-se tipos de matérias-primas, processos e plantas industriais, e consumo de energia. Nesta parte do trabalho indicam-se algumas demandas ambientais associadas a características técnicas das unidades industriais.

Na quarta parte procura-se caracterizar o trabalho no setor celulósico-papeleiro, ressaltando os aspectos das atividades dos trabalhadores da região estudada. Aqui, discutem-se questões como o deslocamento de trabalhadores de outras atividades para a ICP, o pico de contratação de empregados, a relação de investimento / número de empregos diretos gerados, a sazonalidade e a terceirização de atividades relacionadas a ICP.

Em seguida, ao relacionar-se outras atividades desenvolvidas na RESB, mostra-se a importância da ICP e o Turismo na economia regional. Em seguida, analisam-se os papéis dos governos estadual e federal

¹ Este artigo é fruto de uma atualização de um trabalho elaborado na disciplina Energia, Sociedade e Meio Ambiente no Curso de Planejamento de Sistemas Energéticos do Departamento de Energia da UNICAMP.

no fomento destas atividades na região e a proposta do governo estadual para o planejamento econômico do espaço regional. Esta quinta parte do trabalho é finalizada detalhando-se as características principais destas duas atividades e discutindo-se a natureza dos conflitos da ICP e a vocação turística da região.

Por fim, na conclusão procura-se resumir as principais informações apresentadas e conclui-se o trabalho fazendo algumas especulações sobre o futuro da região.

1. Características históricas, sócio-econômicas e ambientais do Extremo Sul da Bahia.

A RESB apresenta uma área total aproximada de 30.000 Km², significando 5,6 % dos 540.000 Km² do Estado da Bahia e constitui-se dos seguintes municípios: Alcobça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuan, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda.

Estes municípios possuíam 633.093 habitantes no ano de 2000, significando 4,9 % da população total do Estado da Bahia que era de 13.066.910 habitantes naquele ano.

As principais atividades econômicas da RESB são a agropecuária extensiva, pesca, extração intensiva de madeira, indústria de móveis e serrarias, indústria de papel e celulose e o turismo.

O clima desta região é tropical com temperaturas amenas, apresentando os maiores índices pluviométricos de março a maio. Com cerca de 300 Km de praias, o litoral da RESB apresenta variados ecossistemas nos quais, além de planícies litorâneas e falésias, encontram-se áreas úmidas (lagoas, mangues, brejos e pântanos) fundamentais para a manutenção das cadeias alimentar e reprodutiva de inúmeras aves e espécies aquáticas raras existentes nos recifes de corais existentes na costa oceânica.

Contraopondo-se a estas magníficas paisagens naturais com seus frágeis ecossistemas costeiros, as condições de infra-estrutura dos municípios são precárias. Assim, constata-se que inexistem redes de esgotamento sanitário em mais da metade da totalidade dos domicílios da região, o que compromete a qualidade dos rios e a balneabilidade das praias próximas aos locais de despejos destes efluentes; o sistema de abastecimento de água é limitado, não atendendo a grande parte dos domicílios; o lixo, quando coletado nas zonas urbanas, tem seu destino final a céu aberto - ver tabelas 1, 2 e 3 abaixo; e o fornecimento de energia elétrica não atende a demanda, sendo que no período de alta estação turística ocorrem freqüentes interrupções.

Do ponto de vista histórico, dispensam-se maiores comentários, pois nesta região situa-se a área do descobrimento do Brasil na qual encontram-se construções, monumentos e igrejas construídos pelos primeiros navegantes portugueses em terras brasileiras.

É importante salientar que a região foi palco do início do processo de extermínio dos quase três milhões de índios existentes no Brasil pré-cabralino, resultado do primeiro contato entre o homem branco

européu e a população nativa indígena. As péssimas condições de vida que levam atualmente os índios na RESB, evidenciadas quando se observam os Pataxós desnutridos vendendo artesanato nas estradas da região, com o Monte Pascoal desflorestado compondo o cenário ao fundo, e os inúmeros conflitos fundiários existentes nas áreas indígenas, indicam que a forma perversa de tratamento destas populações ainda persiste na região.

No que diz respeito à história econômica, após o descobrimento inicia-se um longo ciclo extrativista. A partir do século XIX a região fica então caracterizada como agro-exportadora, servindo de escoadouro pelo mar da produção do Estado de Minas Gerais. Contudo, com o processo de industrialização da região do centro-sul brasileiro o “modelo agro-exportador nordestino” entra em crise e a economia da região estagna-se.

TABELA 1
Domicílios particulares permanentes por existência de banheiro ou sanitário na RESB.

Total	Tinham banheiro ou sanitário						Não tinham
	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoadoro	
132.680	44.138	11.246	70.508	2.494	2.702	1.502	23.671

Fonte: Censo Demográfico 2000 – Resultado do Universo, IBGE.

TABELA 2
Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água na RESB.

Rede geral			Poço ou nascente (na propriedade)				Outra			
Total	Canalizada em pelo menos 1 cômodo	Canalizada só na propriedade ou terreno	Total	Canaliza da em pelo menos 1 cômodo	Canalizad a só na proprieda de ou terreno	Não canalizad a	Total	Canaliza da em pelo menos 1 cômodo	Canalizad a só na proprieda de ou terreno	Não canalizada
94.963	68.911	26.052	49.468	23.252	6.747	14.469	11.920	1.675	1.044	9.203

Fonte: Censo Demográfico 2000 – Resultado do Universo, IBGE.

TABELA 3
Domicílios particulares permanentes por destino do lixo na RESB.

Coletado			Não coletado				
Total	Por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza	Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
112.233	101.602	10.631	25.439	2.135	14.331	1.113	1.100

Fonte: Censo Demográfico 2000 – Resultado do Universo, IBGE.

Nos anos 70, com a construção da BR-101, intensifica-se o extrativismo madeireiro e interioriza-se a pecuária. Entre 1950 e 1975, perde-se 40% das matas naturais existentes em 1950.

Nos anos 80, o turismo consolida-se como atividade econômica na região. Em 1994, a região recebe 25% do fluxo de turistas do Estado, significando aproximadamente 500 mil visitantes naquele ano. Destes visitantes 95,4 % são oriundos do país e entre estes 41,8 % são paulistas, 15,6 % mineiros, 10,8 % baianos e 10,5% cariocas.

Finalmente, no início da década de 90 instala-se o Complexo celulósico-papeleiro da Bahia Sul Celulose, dando início a uma nova dinâmica sócio-econômica e ambiental na região.

2. A Indústria de Celulose e Papel nos Estados do Espírito Santo e Bahia.

As primeiras fábricas de papel no Brasil surgiram na metade do século XIX e ganham grande impulso com a expansão da economia cafeeira. Com o Plano de Metas do governo de JK, a grande ampliação da capacidade instalada interna para produção de celulose estava associada à perspectiva da integração gradativa desta indústria com a de papel, que se encontrava já consolidada no mercado [JORGE (1992:30)]. De acordo com este autor, neste período o país praticamente tornou-se auto-suficiente no consumo de celulose e tem início o processo de consolidação do eucalipto como principal fonte de fibras.

Nos anos do “Milagre Econômico”, o setor de papel e celulose recebeu fortes estímulos financeiros governamentais para produzir em larga escala visando garantir a auto-suficiência e o mercado exterior. Assim, devida a iminência da escassez de madeira nas regiões Sul e Sudeste, nas quais encontravam-se os principais empreendimentos industriais, inicia-se o reflorestamento de outras regiões objetivando garantir o fornecimento de matéria-prima para a ICP.

No governo Geisel surge o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND e, após alguns meses deste, foi proposto o Plano Nacional de Papel e Celulose PNPC, cujos objetivos são tomar o Brasil auto-suficiente na produção de papel e, além de garantir o suprimento do mercado interno de celulose, gerar excedentes em escala para exportação. Para tornar exequível, o Plano pretendia reflorestar uma área de 4 milhões de hectares.

Visando a racionalização do processo e evitando a dispersão dos recursos da área florestal, foram criados os “Distritos Florestais”, e, até 1979, seriam implantados 12 distritos de um total programado de 30. Um primeiro grupo de 20 projetos seria implantado nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, no Sul da Bahia, áreas de São Paulo e da região sul do país. Os 10 projetos restantes seriam localizados no Norte e Nordeste do país [JORGE (1992:53)].

Tamanho foi a disposição do governo Geisel para implementar esta estratégia que vários artifícios escusos foram utilizados como atesta um documento oficial da época: *“A etapa de obtenção de terras é tão essencial ao êxito do projeto que o Governo deverá concentrar nela todos os esforços, utilizando meios objetivos e realistas, inclusive desapropriação”* [CDE (1974:43)]. Segundo JORGE (1992), há indicações não comprovadas que foram decretadas áreas de desapropriação para fins de reforma agrária de terras próximas a ARACRUZ, o que possibilitou que esta empresa adquirisse grandes áreas a preços reduzidos e que, em seguida, o decreto teria sido revogado. Como vimos acima, é a partir do Governo Geisel e do seu II PND que a ICP começa a ser implantada nas regiões Norte do Estado do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia. A seguir, descrevem-se sucintamente características dos principais projetos na ICP surgidos desde então nestas regiões.

A Aracruz Celulose no Espírito Santo.

Como parte do PNPC, a ARACRUZ instala EM 1979 uma primeira fábrica de celulose no norte do Estado do Espírito Santo com capacidade para produzir 400 mil ton/ano. Em 1989, ocorre a ampliação da produção desta primeira unidade industrial para 500 mil ton/ano de celulose.

A empresa torna-se em 1991 a maior exportadora mundial de celulose de fibra curta com a instalação de uma segunda fábrica, atingindo a marca de 1,02 milhão de ton/ano de celulose.

A IPC no Estado da Bahia.

A Bahia Sul Celulose.

As atividades florestais na área do município de Mucuri - Ba começaram em meados da década de setenta, quando a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD plantou, até 1978, cerca de 35 mil ha de eucaliptos. Em 1992, esta área era superior a 100 mil ha de florestas divididos entre 67 mil ha de eucaliptos e o restante de matas nativas e área de infra-estrutura, estendendo-se por seis municípios da RESB e um município capixaba. Nestas localidades ocorre um replantio de 10 mil ha/ano de eucalipto.

A Bahia Sul Celulose é proprietária de cerca de 11,34% da área total destes seis municípios na Bahia, das quais 6,52 % encontram-se com florestas. O Complexo industrial possui uma fábrica de celulose, uma de papel e uma unidade geradora de energia com capacidade total de 93 mil KW (suficiente para abastecer uma cidade do porte de Campinas). Além disso, apresenta uma capacidade instalada de 500 mil ton/ano de celulose, sendo que 290 mil são comercializadas como celulose e 210 mil são transformadas em 250 mil ton/ano de papel e aproximadamente 80% da celulose e 40% do papel são exportados.

A água utilizada para geração de 540 ton/dia de vapor é captada no Rio Mucuri. Este também recebe os efluentes do processo industrial. Na foz do Rio Mucuri, 80 km abaixo do Complexo, centenas de pescadores tiram seu sustento diário e na costa, cerca de 100 km da foz, está localizado o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, local onde ocorre a reprodução das baleias jubarte.

Desde a sua criação, o controle acionário da Bahia Sul Celulose esteve dividido entre dois principais atores: a Companhia Suzano de Papel e Celulose e a Companhia Vale do Rio Doce. Contudo, em maio de 2001, a Companhia Suzano adquiriu todo o capital ordinário da empresa.

Vera Cruz Florestal

Em outubro de 1995, após várias audiências públicas nas quais a polêmica em torno do projeto dividiu o movimento ambientalista baiano, a Vera Cruz Florestal teve seu pedido de licença de localização aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia – CEPRAM.

A área plantada prevista de eucaliptos é de 96 mil ha e a área de mata nativa a ser preservada é de 42 mil ha. A unidade terá uma produção estimada de 750 mil ton/ano de celulose e objetiva abastecer o mercado interno e exportação. O Rio Jequitinhonha, que tem sua foz localizada a 50 km ao norte de Porto Seguro, será utilizado para captação e despejo dos efluentes industriais.

Norcel

A empresa pertencente a COPENE Petroquímica do Nordeste e a RIOCEL, iniciou o plantio de eucaliptos no Distrito Florestal da Região Litoral Norte do Estado visando implantar uma unidade de produção de celulose. Contudo, em 1989, teve o seu EIA/RIMA do projeto recusado depois de ocorrerem muitas controvérsias nas audiências públicas entre a comunidade local, sindicatos de trabalhadores e os técnicos contratados pela empresa para elaboração dos estudos.

Com a aprovação no CEPRAM, em 1996, da licença de localização do Complexo Turístico Hoteleiro de Sauípe, acredita-se que a implantação de um projeto de celulose e papel nesta região foi descartada.

3. Algumas Características da Indústria de Celulose e Papel.

Na indústria de papel e celulose podem-se identificar dois processos fundamentais: fabricação de matéria fibrosa - pastas e celulose e a fabricação de papel.

Os processos baseiam-se na transformação físico-química das matérias-primas: os químicos consistindo na separação das fibras pela dissolução da lignina que as mantém unidas no vegetal; os mecânicos nos quais as fibras são separadas por atrito. As matérias-primas utilizadas para produção de matéria fibrosa são em geral vegetais, por exemplo, o pinus, o eucalipto e o bambu.

Na indústria de papel e celulose existem três tipos de plantas industriais: a. de pastas e/ou celulose; b. plantas integradas de pastas e/ou celulose e papel; e c. plantas de papel.

Em uma planta integrada a fabricação consiste no manuseio da matéria-prima e sua formação física, preparação de massa, produção de celulose e/ou pastas e da máquina de papel. A produção de papel e celulose é caracterizada pelo uso intensivo de energia tanto na forma térmica como na forma elétrica. Dentro do setor industrial, após o metalúrgico, o ramo de papel e celulose é o mais intensivo no consumo de energia por unidade de valor agregado.

O consumo de energia das plantas de papel e celulose, em geral, ocorrem em dois níveis: energia térmica que é oriunda da biomassa e derivados de petróleo; e energia mecânica para acionamento, oriunda de eletricidade autogerada ou comprada de concessionárias.

Neste tipo de planta os grandes consumidores de energia mecânica são os refinadores de massa, os depuradores, as bombas de vácuo e o acionamento da máquina de papel. Quanto a energia térmica, está é consumida basicamente nas operações de secagem. A indústria pode utilizar a biomassa obtida com subproduto do processo como a lixívia para gerar energia bem como, existe ampla possibilidade de produzir energia por cogeração.

As demandas ambientais da ICP.

As questões ambientais que afetavam a indústria de papel e celulose até meados da década de 80 estavam resumidas ao tratamento dos efluentes líquidos e dos odores provenientes do processo. O controle de resíduos – sólidos, líquidos e gasosos – é feito predominantemente através do uso de tecnologias *end-of-pipe* [CORAZZA (1996)].

A partir de então as demandas ambientais começam a se ampliar para além da imposição de tratamento final de circuito, estendendo-se por toda as etapas da produção de papel e celulose – vide quadro I.

QUADRO I – PRESSÕES AMBIENTAIS SOBRE O SETOR DE PAPEL E CELULOSE CLASSIFICADAS DE ACORDO COM OS TEMAS DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TEMAS DO DEBATE	SUSTENTÁVEL	
	FLORESTAL	INDUSTRIAL
	POLUIÇÃO DE RECURSOS	
AQUECIMENTO GLOBAL	desmatamento	Consumo de energia (particularmente nos processos mecânico)
ACIDIFICAÇÃO		Gases de enxofre dos processos <i>Kraft</i>
DISPERSÃO DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS		Carga de BDO ⁽¹⁾ , HS ₂ , AOX ⁽²⁾ e dioxinas
DISPOSIÇÃO DE RECURSOS		Resíduos de processo de destintamento e outros

OUTROS POLUENTES	resíduos Odor derivado do processo <i>kraft</i> (H ₂ S e compostos reduzidos de enxofre); cor excessiva nos efluentes (licor negro cáustico de extração do processo <i>kraft</i>)
CONSERVAÇÃO DE RECURSOS	
DEPLEÇÃO DE RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	Consumo de energia (principalmente para polpação mecânica)
DEPLEÇÃO DE RECURSOS BIOLÓGICOS	Manejo de ecossistemas (florestas tropicais, florestas do velho mundo, espécies ameaçadas)

Fonte: Modificado de *Pulp and Paper International*, May 1995, extraído de CORAZZA (1996:81).

⁽¹⁾ DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio: um dos principais parâmetros utilizados para determinação da carga poluente de um efluente e que corresponde à quantidade de oxigênio necessária para a biodecomposição de matéria orgânica presente nas águas.

⁽²⁾ AOX – *Adsorbable Organic Halides*: designa o conjunto de substâncias que envolvem os compostos organoclorados.

4. O Trabalho no Complexo Celulósico-papeleiro.

O trabalho na ICP é compreendido em duas áreas distintas: a florestal e a industrial propriamente dita. Em áreas de florestas integradas a grandes conglomerados industriais, como é o caso da ICP, o trabalho apresenta ampla divisão do trabalho e, devido a atividade florestal ser programada, não há sazonalidade como na agricultura.

A silvicultura em grande escala exige uma organização de modo haver o ano todo a execução de tarefas de forma contínua e concomitante: produção de mudas; preparo de terreno/plantio; manutenção e corte [TOLEDO(1994:17)]. Portanto, mantêm-se o nível de ocupação do trabalho o ano inteiro.

Assim, o emprego nesta atividade é muito semelhante aquelas do mercado de trabalho urbano. Além disso, dada a integração com as atividades industriais a jusante, pode-se afirmar que esta atividade apresenta características semelhantes ao controle do trabalho na indústria, perda de independência e alienação do trabalhador.

O processo de desregulamentação do trabalho também vem alcançado a ICP. Sobre pretexto de reduzir custos, um amplo processo de terceirização toma conta de inúmeras atividades, tais como: extração de madeira, vigilância, operação “mata formigas”, viveiros de mudas, alimentação, transporte, etc. Este processo vem fragilizando o poder de barganha do proletário rural, não estando garantida a manutenção dos níveis e da política salarial do trabalhador [TOLEDO(1994)].

Na implantação da ICP na RESB algumas considerações adicionais devem ser feitas no que diz respeito à questão do trabalho. Como em todo grande empreendimento que se instala em regiões carentes de trabalho, enorme expectativa foi criada em torno da possibilidade do emprego. Assim, enormes contingentes de agricultores foram deslocados pela crise da lavoura cacaueteira para as regiões de Teixeira de Freitas e Eunápolis. No primeiro município devido à instalação da instalação da Bahia Sul Celulose no final dos anos oitenta e, no segundo, tanto pela atração que o turismo de Porto Seguro exerce, como pela expectativa do início das obras da Vera Cruz Florestal. Isto provocou um processo de ocupação desordenada que vem pressionando os recursos naturais, com claras demonstrações de desrespeito à capacidade de suporte de ecossistemas, e a deterioração do patrimônio histórico da região.

Por isso, nestes dois municípios e em Porto Seguro proliferou-se um grande número de favelas nas periferias destas cidades e em áreas turísticas como as favelas existentes no Arraial D'Ajuda e em Trancoso. De fato a realidade do trabalho gerado nestes empreendimentos industriais é outra bem distinta das necessidades do enorme exército de desocupados ou subempregados existentes na região. Por exemplo, no pico de sua construção, por volta de nov/dez de 1990, a Bahia Sul Celulose contratou 10 mil trabalhadores. Após sua entrada em operação, em 1992, este número despencou para 1 mil trabalhadores na planta industrial e pouco mais de 3 mil na área florestal. Ao analisar-se a relação investimento / nº de empregados diretos, encontram-se os seguintes números dispostos na tabela 3 abaixo.

TABELA 3: INVESTIMENTOS / EMPREGOS DIRETOS GERADOS na ICP da RESB

Empresa	Investimento	Empregos	Inv. / Emp.
Bahia Sul	US\$ 1,2 bilhão	4.100 ³	292,7
Vera Cruz	US\$ 1,2 bilhão	3.149 ⁴	381,1

Fonte: Dados calculados a partir da Revista Celulose e Papel nº 29 e nº 28, 1996.

No que se refere à possibilidade da geração de empregos diretos, devido todo parque transformador papelero encontrar-se em outras regiões, no sul do país e no exterior, apenas pequenas unidades de serviços, de apoio técnico e de infra-estrutura demandam trabalhadores

³ Na sua operação plena, esta empresa vai empregar 1.100 funcionários na planta industrial entre 3 a 4 mil pessoas na área florestal – Revista Celulose e Papel, nº 29.

⁴ No ano de 2003, o empreendimento alcançará o número máximo de cerca de 2.600 empregados. Em seguida, passará a reduzir este número, estabilizando-se no ano em 2019 em 2260 empregados na área florestal. O emprego na área industrial girará em torno de 549 trabalhadores – Revista Celulose e Turismo / SEP, nº 28

permanentemente. Ainda assim, estes últimos com salários bem mais baixos que aqueles trabalhadores especializados, muitos dos quais trazidos de fora da região.

5. O Conflito entre a ICP e a Vocação Turística do Extremo Sul da Bahia.

Além da agropecuária, as duas principais atividades econômicas da RESB no momento são a ICP e o turismo. Isto fica evidenciado quando se analisa a composição da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS das sub-regiões de Eunapólis e Teixeira de Freitas. No ano fiscal de 1994 percebe-se que, devido à atividade turística de Porto Seguro, a primeira região apresentou predomínio na geração de impostos nos setores de comércio e serviços - 72% da arrecadação, e na segunda, devido às atividades da Bahia Sul Celulose, a ICP gerou cerca de 30% da arrecadação [SEP (1995:41/71)].

Desde muito tempo a ICP e Turismo vem sendo utilizados pelos governos federal e estadual como instrumentos de "desenvolvimento regional".

Objetivando aumentar as exportações do país, o governo federal estabeleceu, como mostrado na parte 2 deste trabalho, uma política específica para expansão da ICP em várias regiões do país, incluindo aí o Sul da Bahia. Nesta região, onde se localizava um Distrito Florestal, foram fundamentais os papéis do BNDES e da CVRD, para viabilização das condições financeiras e preparação das primeiras áreas de floresta, respectivamente. Mais tarde, estas duas instituições entram no negócio como grandes acionistas da Bahia Sul Celulose.

Por seu lado, o governo estadual também participou ativamente na viabilização dos projetos da ICP na região, dando todo apoio institucional para aprovação dos projetos. Quanto ao fomento a atividade turística, o governo estadual destaca-se definindo a atividade turística como uma das políticas de governo para o desenvolvimento da economia baiana, criando uma Secretaria Estadual de Turismo e definindo zonas escolhidas com potencial turístico nas quais serão concentrados investimentos em infra-estrutura nos próximos anos.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado do Nordeste - PRODETUR, idealizado entre 1991 e 1992 e agora na sua segunda etapa, utiliza recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para constituição de Centros Turísticos de alto padrão em parceria com a iniciativa privada nestas zonas escolhidas.

A estratégia adotada pelo PRODETUR-Bahia é *"implementar centros turísticos integrados, até o ano 2012 os quais possam competir com outros destinos internacionais, sendo complementares e*

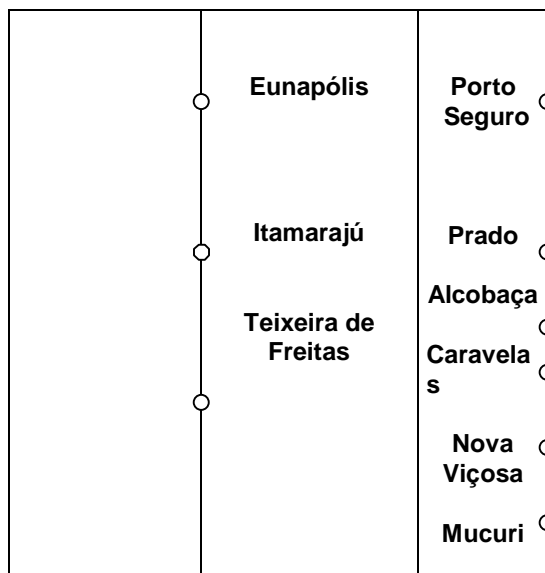
diferentes entre si e capazes de promover o desenvolvimento sustentado e equilibrado entre as demandas da atividade turística e da expansão urbana, através de adequada legislação do uso do solo e ambiental". Além do que, "o processo envolve a participação estatal na contratação da construção dos Centros Turísticos, na montagem da infra-estrutura e na concessão de financiamentos para 50 % do investimento dos hotéis âncora. O conjunto desses investimentos assumidos pelo governo será financiado com recursos provenientes dos estados (50%) e do BID (50%)" [SEP (1995)].

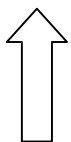
Para isso, na RESB foi definida a Zona Turística Costa do Descobrimento, constituída de dois Centros Turísticos: o Centro Turístico Porto Seguro/Caraíva, ocupando uma faixa de 6 km de largura e 150 km de extensão, e o Centro Turístico Ponta da Baleia/Abrolhos, localizado ao sul do primeiro Centro, também ocupando uma faixa de 6 km de largura e com 120 km de extensão.

Portanto, estar em andamento uma proposta governamental de planejamento de espaços econômicos distintos para a RESB: a ICP numa ampla faixa no interior da região e o Turismo em uma faixa litorânea menor - ver gráfico I, extraído de SEP (1995:33/118).

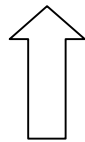
A despeito de estudos do governo estadual indicarem a possibilidade de ocorrerem, entre essas atividades, complementariedades e conflitos, esses passíveis de serem resolvidos, por exemplo, através das "medidas mitigadoras" do EIA/RIMA da Vera Cruz Florestal [SEP (1995:119)], este trabalho mantém uma postura crítica a esta posição.

GRÁFICO I: Espaços diferenciados na RESB
CELULOSE TURISMO





Reforçar a unidade



Conciliar os conflitos

Para fundamentar esse ponto de vista, inicialmente são apresentadas algumas das principais características das duas atividades analisadas, e, em seguida, discute-se a natureza dos conflitos gerados por essas atividades na RESB.

Características das atividades das ICP: intensiva em capitais; não intensiva em empregos; intensiva em energia; extensiva em território; cria uma paisagem monótona características de florestas homogêneas; degradadora do meio ambiente e da biodiversidade florística e da fauna; possibilidade de surgimento de um setor industrial que verticalize a economia regional; surgimento de equipamentos de suporte ao escoamento da produção, tipo rodovia de grande porte e porto para exportação.

Características das atividades turísticas: não intensiva em capitais; intensiva em empregos; não intensiva em energia; gera grande efeito multiplicador e distribuidor de renda na economia regional; apresenta uma ocupação territorial dispersa; requer um tratamento paisagístico adequado mantendo o equilíbrio entre o ambiente construído e o natural; requer uma vasta rede de cidades com requisitos próprios para suas atividades comerciais e de serviços de apoio.

Assim, podem-se identificar dois tipos de conflitos na instalação destas duas atividades na RESB.

i. Conflito entre as atividades per si e o meio ambiente:

- o processo intenso e desordenado de ocupação humana devido a atração turística, sem adequada política de desenvolvimento urbano para os municípios e da região como um todo, tem causado comprometimento da capacidade de suporte de ecossistemas frágeis e do acervo histórico-cultural regional;
- as atividades da Indústria de Papel e Celulose são altamente poluidoras e intensiva em recursos naturais renováveis e não-renováveis.

ii. Conflitos entre as duas atividades:

- a degradação ambiental das águas e ar e a modificação da paisagem natural causada pela indústria de papel e celulose na região reduzem as chances da instalação e consolidação de uma

indústria turística de porte internacional nesta área, dadas as exigências estabelecidas por este seguimento turístico;

- a imensa quantidade de pequenos lavradores que serão deslocados das áreas rurais da região, onde implantar-se-ão as florestas, engrossarão, com os antigos trabalhadores da lavoura cacaueteira e os mineiros do norte do Estado, fugitivos da seca e da fome que assolam a região, as favelas nas periferias das cidades dos Centros Turísticos, atraídos pela possibilidade de sobrevivência através dos empregos, subempregos, e outras ocupações informais geradas pela atividade turística.

Conclusões

Pelo que foi apresentado neste trabalho, a RESB apresentou-se inicialmente como uma região extrativista, em seguida comportando-se como uma região agro-exportadora, sendo desflorestada intensivamente depois da construção da BR-101, e, após o interesse despertado pelo turismo na década de 80, instala-se a ICP na região.

O que se percebe nesta nova fase de investimentos em indústrias energo-intensiva e do turismo na economia regional, que uma nova dinâmica sócio-econômica e ambiental instalou-se na RESB. A região foi alcançada pela expansão do capitalismo industrial, inserindo-se subalternamente como fornecedora de matéria-prima para a indústria de transformação situada em outras áreas mais desenvolvidas do país e no exterior e possuindo enormes áreas de praias que vem sendo destinadas para indústria do turismo internacional.

Este processo tem implicado em mudanças radicais nas relações entre seus habitantes, que estão sendo compelidos a abandonarem as formas tradicionais de convivência e inserindo-se na lógica do capital industrial e comercial.

Por outro lado, não é possível superar os conflitos urbanos, ambientais e de distribuição da renda estabelecida por estas atividades e entre elas se este quadro não for reconfigurado imediatamente.

Para isto, há de se frear o avanço da ICP na região, que entre tantos problemas causados, um se sobressai, a concentração da terra. Mesmo assim, a convivência com essa indústria na região só seria possível se um rigoroso monitoramento da qualidade das águas, do ar e da biodiversidade for deflagrado pela sociedade civil, bem como medidas compensatórias sejam implementadas com apoio das autoridades governamentais, o que em curto prazo não se visualiza que isto ocorra.

Por vários motivos – o apelo histórico do descobrimento, o extenso litoral recortado por belas praias e paisagens variadas, o temperamento festivo e receptivo dos baianos, etc., o turismo de fato é

a grande vocação econômica para a região. Assim, devem ser redefinidas as políticas para o desenvolvimento turístico regional, garantindo-se claramente instrumentos distribuidores da renda, para isso algumas idéias são sugeridas abaixo:

- i. ampliar o número de “Centros Turísticos” na chamada Costa do Descobrimento;
- ii. orientar o turismo para faixas variadas de renda, não restringindo-se ao turismo de alto padrão – o que possibilitará, com maior facilidade, a inserção de camadas de baixa renda e com pouca ou nenhuma qualificação profissional nas atividades relacionadas ao turismo, e, necessitar-se-á volumes menores de investimentos por Centros Turísticos;
- iii. abrir linhas de crédito com baixas taxas de juros e longos prazos para amortização das dívidas para o micro e pequenos empresários interessados em investir no turismo regional;
- iv. criar escolas técnicas de pesca e linhas de crédito para aquisição de barcos e renovação de frotas;
- v. criar em toda Costa do Descobrimento uma infra-estrutura para recepção, conservação e a comercialização do pescado, articulando-a uma política alimentar, a demanda dos Centros Turísticos e a exportação do excedente;
- vi. fomentar a organização de associações de classe, de moradores e entidades ambientais, que agirão como fiscais do processo de exploração econômica das riquezas naturais e sua consonância com a manutenção da capacidade de suporte dos ecossistemas regionais.

É evidente que estas medidas e outras mais que podem ser pensadas visando minimizar a pobreza e os péssimos indicadores sociais desta região não serão implementadas no atual quadro político estabelecido na Bahia. Para isso, é preciso ter vontade política de erradicar o coronelismo do Estado e construir uma sociedade mais igualitária.

Bibliografia

- BAHIA.** Balanço Energético: Séria 1980 – 1994. Salvador: Secretaria de Energia, Transporte e Comunicações – Coordenação de Energia, 1995.
- BERNI, M.D.** Energia, Industrialização e Exportações: Análise dos Ramos Metalúrgico e Papel & Celulose. Campinas: FEM/UNICAMP – dissertação de mestrado, 1993.
- CERQUEIRA, R. C.** Estratégias de Integração Agro-industrial: os agricultores Familiares e a Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira. Rio de Janeiro: ICHS/UFRJ – dissertação de mestrado em desenvolvimento agrícola, 1993.
- CDE.** Programa Nacional de Papel e Celulose. Rio de Janeiro: ed. IBGE, 1974.

- CORAZZA, R.I.** Inovação Tecnológica e Demandas Ambientais: Notas sobre o caso da Indústria Brasileira de Papel e Celulose. Campinas: IG/UNICAMP – dissertação de mestrado, 1996.
- EIA/RIMA** Complexo Produtor de Celulose Vera Cruz Florestal Ltda, vol. V – Diagnóstico Ambiental / Meio Antrópico, Partes I/II – Texto, s/l., 1994.
- JORGE, M. O. M.** Emergência e Consolidação do “Padrão Eucalipto” na Indústria Brasileira de Celulose de Mercado. Campinas: IE/UNICAMP – dissertação de mestrado, 1992.
- PROJETO FLORAM.** In: Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, mai/ago, 1990.
- REVISTA CELULOSE E PAPEL** – Números 29, 33, 38, 50 e 53.
- TOLEDO, Y. I. M.** Comportamento do Emprego na Silvicultura Paulista. Campinas: IE/UNICAMP – Tese de doutoramento, 1994.
- SÉRIE DE ESTUDOS E PESQUISAS – SEP.** Celulose e Turismo – Extremo Sul da Bahia, nº 28 / Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – SEI, 1995.